

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº \_\_\_\_\_ DE 2004**  
**(Da senhora Luci Choinacki e dos senhores João Grandão, Adão Pretto e Orlando Desconsi)**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, a respeito de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à Parmalat do Brasil S.A.

Senhor Presidente;

Requeiro a V. Exa., com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, informações referentes a possíveis financiamentos com recursos públicos, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à Parmalat do Brasil S.A., conforme detalhamento abaixo:

- I. Valor, ~~de jure~~ da transferência de recursos;
- II. Valor atualizado transferido, por contrato;
- III. Valor atualizado pago pela empresa e valor atualizado do saldo devedor ao BNDES, quando for o caso, em cada um dos financiamentos;
- IV. Resultados de eventuais auditorias e fiscalização realizadas nos empreendimentos da empresa Parmalat do Brasil S.A., ou pelo agente financeiro;
- V. Quais as medidas adotadas pelo BNDES quanto a eventuais irregularidades apuradas;
- VI. Cópias dos contratos de transferência de recursos públicos.

**JUSTIFICAÇÃO**

O aporte de recursos públicos a instituições privadas multinacionais é política histórica do Poder Público brasileiro. Não são raros os casos de falência das filiais brasileiras dessas empresas, no país, como pode se pensar por conta do episódio Parmalat. Recentemente, o Governo Federal foi obrigado a aportar mais recursos públicos para sanear o Frigorífico Chapecó, depois da falência, no país, da empresa argentina controladora Macri.

Restam, sempre, ao Governo – e portanto ao povo brasileiro indiretamente – os prejuízos da má administração privada. Restam ainda os prejuízos diretos dos fornecedores e, também neste caso, dos produtores rurais, na ponta da cadeia produtiva.

As informações solicitadas se fazem necessárias, com urgência, para as ações político-administrativas que o caso requer, bem como para a elaboração de políticas públicas que protejam os recursos financeiros da população brasileira, bem como dêem garantias de bom uso do dinheiro público.

Sala de Sessões, em 29 de janeiro de 2004.

**Deputada Luci Choiancki**  
**PT/SC**

**Deputado João Grandão**  
**PT/MS**

**Deputado Adão Pretto**  
**PT/RS**

**Deputado Orlando Desconsi**  
**PT/RS**